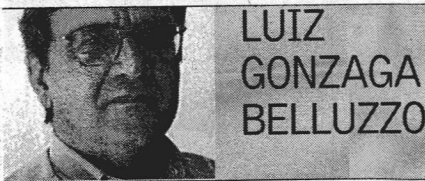


"O governo não quer essa reforma. Já disse que perde R\$ 50 bilhões."

Inocêncio Oliveira, líder do PFL na Câmara, sobre as perspectivas de aprovação da Reforma Tributária, ontem, em Brasília

*economia - Brasil*

# A história se manifesta como farsa, depois tragédia



LUÍZ  
GONZAGA  
BELLUZZO

O presidente Fernando Henrique Cardoso tem manifestado a intenção de promover o crescimento com estabilidade, apoiado num Estado forte mas "enxuto", dotado de capacidade reguladora.

Cardoso vem reiterando a sua aversão às políticas ativas de crescimento. Recentemente profligou as tentativas de se alentar o desenvolvimento mediante a adoção de medidas "artificiais". Faz coro com os liberais de boa cepa e de todos os tempos sempre empenhados em lamentar a industrialização brasileira. Para eles um equívoco monumental, esculpido artificialmente pelo Estado e sustentado à custa de um protecionismo causador de distorções insuportáveis, danosos ao bem-estar do consumidor nativo.

Oraciocínio do senhor presidente não é original e muito menos complexo: pos-

ta a casa em ordem, haverá uma regeneração espontânea dos mecanismos fundamentais da economia de mercado. As forças persistentes da economia, de longo prazo, promoverão a eficiente alocação de recursos, não só em cada momento, mas na perspectiva intertemporal. Haverá poupança suficiente para financiar investimentos, desde que as taxas de juros, formadas em mercados financeiros desobstruídos, fossem capazes de exprimir a preferência da "comunidade" de possuidores de riqueza pelo futuro. O crescimento será estável e duradouro e a taxa de desemprego será fixada em nível "natural". A distribuição de renda corresponderá à contribuição efetiva de cada um à formação do produto anual.

Torcemos para que tenham razão os defensores destas teses. Dizem esses senhores, ademais, que a indústria brasileira, mesmo submetida a uma tensão extrema conseguiu resistir. Está mais "enxuta", preparada para um novo período de crescimento acelerado.

Mas, por incrível que possa parecer, ainda sobrevivem os que temem pelos resultados desta nova aventura do "lais-

sez-passer". Suspeitam estes incorrigíveis pessimistas e fracassomaníacos, que o "encolhimento" da estrutura industrial provocada pelo artificialismo da política cambial no reinado de Gustavo I e Único pode não ser compensada, nem a curto nem a longo prazo, por uma regeneração produtiva e tecnológica, engendrada a partir das forças "naturais" da concorrência. Segundo esta gente desprezível, até agora tivemos destruição, mas ela não vem sendo criativa.

Os processos de industrialização na periferia foram produzidos, insistem eles, com maior ou menor sucesso, por projetos nacionais, quase sempre em conflito com as tendências "naturais" dos mercados. Neste sentido, as experiências de industrialização dos países considerados "atrasados", inclusive a dos EUA, teriam resultado de políticas deliberadas. Exigiram a construção de instituições adequadas, de mecanismos próprios de financiamento, de políticas de administração do comércio exterior e da moeda capazes de enfrentar as tempestades que vinham, de tempos em tempos, avassalar as economias frágeis.

As políticas perpetradas na "década perdida" dos 80, sob os auspícios do FMI, culminaram no enfraquecimento dos Estados nacionais da periferia e de suas economias. Estrangulados pelo garrote do Fundo e dos credores e pela resistência dos grupos enriquecidos da sociedade, os projetos sucumbiram à velha e renovada aliança entre o cosmopolitismo

**O atual governo tenta vender a idéia que vivemos num país desenvolvido mas injusto; essa afirmação não resiste a uma averiguação superficial**

patrimonialista e parasitário dos nativos e a finança internacionalizada.

O cosmopolitismo conservador empreendeu, no final dos 80 e início dos 90, mais uma vez, a missão de "recolocar o país nos eixos". Primeiro vieram os coloridos, barulhentos e folgazões. O progressismo desta gente ruidosa invadiu as esferas de atividade, sobretudo as pesoais. Os aventureiros duraram pouco.

Foram apeados do poder pela indignação pública. Mas a expulsão dos decaídos não significou o fim das idéias e projetos. Como um estandarte tombado, elas foram resgatadas no campo de batalha. Agora seriam empunhadas pelas mãos sábias e respeitáveis da social democracia à brasileira e de seus doutores.

Como o Brasil é um país singular e surpreendente, neste caso, produziu-se uma notável inversão daquela famosa sequência vislumbrada por Marx no 18 Brumário: a história se manifestou primeiro como farsa e depois como tragédia. O solene sucedeu o grotesco.

O atual governo tenta vender a idéia que vivemos num país desenvolvido mas injusto. Essa afirmação não resiste a uma averiguação superficial. Trata-se de um álibi, destinado a justificar a inexistência de políticas destinadas a estimular o desenvolvimento e as condições de vida da população. É a estratégia da preguiça.

**Luiz Gonzaga Belluzzo**, ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, é professor titular do Instituto de Economia da Unicamp.  
E-mail: BelluzzoP@aol.com